

Análise da GLIDE 2024 – Sumário executivo



OUTRIGHT
INTERNATIONAL



Sumário executivo

A Iniciativa Global de Empoderamento e Democracia Inclusivos LGBTQI+ (GLIDE) – uma parceria entre a Outright International, a Synergía Initiative for Human Rights e a International Foundation for Electoral Systems (IFES) – visa a apoiar e aumentar a participação da comunidade LGBTQI+ e o uso de espaços e mecanismos democráticos por meio do financiamento de apoio ao fortalecimento das instituições e capacidades das organizações LGBTQI+ e seus líderes. A presente análise traz um resumo do status dos direitos LGBTQI+ e da participação cívica e democrática desse grupo em todo o mundo, incluindo os fatores que afetam a capacidade e a vontade das pessoas LGBTQI+ de se envolverem em processos democráticos e políticos. Após o panorama, temos uma discussão dos resultados da pesquisa original – no formato de uma pesquisa on-line e de entrevistas com informantes-chave – e concluímos com uma análise das necessidades e lacunas existentes no movimento global LGBTQI+, assim como oportunidades de trabalho no futuro.

A pesquisa fez perguntas relacionadas: às experiências das pessoas com o voto; às experiências das pessoas LGBTQI+ ao tentar participar de processos democráticos em seu país; ao interesse ou às experiências com engajamento cívico e democrático, incluindo em candidaturas políticas; aos sentimentos de segurança como pessoa LGBTQI+ em seu país e aos pensamentos sobre o estado de direito e a corrupção; e às iniciativas específicas que acreditavam que apoiariam o aumento da participação e do engajamento LGBTQI+. A pesquisa também coletou informações demográficas básicas relacionadas a idade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência. A equipe da GLIDE também realizou entrevistas semiestruturadas com 45 estudiosos, líderes religiosos, líderes de organizações internacionais LGBTQI+ e de direitos humanos, líderes de organizações LGBTQI+ nacionais e locais, e pessoas LGBTQI+.

Conforme está bem documentado, as preocupações em relação ao retrocesso democrático e ao crescente autoritarismo dominaram o mundo da democracia e da governança nos últimos anos. De certa forma, essa tendência acontece ao mesmo tempo do progresso feito em relação aos direitos LGBTQI+, com aproximadamente 20 países descriminalizando relações entre pessoas do mesmo sexo nos últimos 20 anos, por exemplo. Enquanto a comunidade de democracia e governança tem estado bastante focada nas eleições em 2024, as experiências das pessoas de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e características sexuais estão incluídas nessas avaliações de democracia e eleições livres e justas, mas são avaliadas com muito menos rigor.

Na verdade, uma análise das denúncias sobre questões LGBTQI+ revela que o aumento do autoritarismo, o desrespeito ao estado de direito, o encolhimento do espaço cívico e a repressão da liberdade de expressão, associação e reunião têm consequências muito negativas para as pessoas e organizações LGBTQI+. Há uma tendência geral da autocratização dos estados que reduzem ou destroem as proteções LGBTQI+, fomentando uma retórica anti-LGBTQI+ (o que é um problema específico durante as campanhas eleitorais), reduzindo a liberdade da imprensa e reprimindo as organizações da sociedade civil. À medida que os autocratas consolidam seu poder, reduzindo o poder e/ou a independência do legislativo e do judiciário e ao mesmo tempo restringindo as liberdades básicas de todos os cidadãos, muitos fazem tudo isso atacando a comunidade LGBTQI+ em nome da proteção da identidade nacional, dos papéis tradicionais de gênero, das crianças e da família.

Essas forças da oposição corroem os padrões universais de direitos humanos de longa data, diluindo salvaguardas fundamentais que reforçam os esforços feitos para promover os direitos dos grupos minoritários, incluindo as pessoas LGBTQI+. A falta de recursos e capacidade de muitas organizações LGBTQI+ locais e nacionais comprometem a capacidade do movimento de combater a redução do espaço cívico e de conseguir defender uma democracia inclusiva nos níveis nacional, regional e internacional. Consequentemente, as pessoas LGBTQI+ de países do mundo inteiro têm dificuldade para enxergar a ligação existente entre o envolvimento e a participação na democracia e uma mudança positiva na própria vida ou na vida das suas comunidades, principalmente nos casos em que esse envolvimento acarreta um risco.

Embora muitos países tenham feito mudanças em suas estruturas legais para promover proteções para a comunidade LGBTQI+, há muitas provas de que isso por si só não é suficiente para melhorar as experiências vividas pelas pessoas LGBTQI+. Conforme observaram os entrevistados, as pessoas LGBTQI+ enfrentam hostilidade em suas próprias casas, comunidades, instituições religiosas, escolas e ambientes de trabalho. Alguns líderes tradicionais e religiosos usam suas plataformas para inflamar os sentimentos e a violência anti-LGBTQI+, e essas atitudes são ainda mais exploradas por candidatos e políticos eleitos em muitos lugares ao redor do mundo.

Apesar desses desafios, muitas pessoas, ativistas e organizações LGBTQI+ continuam comprometidas em aproveitar os processos políticos, cívicos e democráticos para fomentar melhorias em seus países e comunidades. Conforme documentado na pesquisa e nas respostas das entrevistas detalhadas no nosso relatório, os membros da comunidade LGBTQI+ participam com frequência dos processos democráticos, incluindo na hora de votar nas eleições, fazer campanha para candidatos, participar de lobby e manifestações, e trabalhar com autoridades eleitas e nomeadas para conscientizá-las a respeito das necessidades das comunidades LGBTQI+ e incentivá-las a apoiar e promover leis e políticas favoráveis às pessoas LGBTQI+.

Esse trabalho é acompanhado de riscos, e as pessoas LGBTQI+ do mundo inteiro relataram grandes barreiras quando se trata de se envolver em processos políticos e democráticos. Isso inclui desafios com a obtenção de uma identificação que corresponda à sua identidade de gênero; muitas preocupações sobre sua segurança como eleitores, candidatos e autoridades eleitas; o uso indevido da temporada eleitoral para executar uma retórica de ódio que transforma a comunidade LGBTQI+ em um bode expiatório; e a sensação de que seu voto não fará diferença nos rumos do país por causa da corrupção, ineficiência e falta de responsabilização das autoridades eleitas. Além disso, muitas pessoas LGBTQI+ não se veem representadas nos líderes eleitos e costumam achar que as promessas de campanha feitas para a comunidade desaparecem após a eleição dos candidatos.

A falta de segurança, acesso à justiça e confiança nas autoridades públicas também são questões importantes para as pessoas LGBTQI+. Dois terços do público entrevistado relatou que não se sente seguro sendo LGBTQI+ em seu país, e menos de 20% disse que iria à polícia ou confiaria no sistema de justiça se fosse vítima de um crime. Em muitos casos, as pessoas entrevistadas indicaram a polícia como uma fonte específica de perigo e assédio. Além disso, a falta de proteções específicas para quem é LGBTQI+ por meio de leis antidiscriminação e crimes de ódio foi um problema indicado por mais da metade do grupo. Outra observação foi que, mesmo que os tribunais estejam propensos a apoiar os direitos LGBTQI+, eles precisam de leis aplicáveis que possam ser

implementadas e executadas. A corrupção existente entre as autoridades públicas também é um grande problema ressaltado de forma geral por quem participou da pesquisa. Embora isso tenha sido indicado como um desafio para todos os cidadãos, seu impacto para o público LGBTQI+ e o nível em que esses grupos corruptos – principalmente a polícia – concentraram-se especificamente nas pessoas LGBTQI+ foram vistos como muito graves.

Os desafios que as autoridades governamentais representam para as pessoas LGBTQI+ vão além das organizações LGBTQI+. Isso inclui restrições específicas à constituição das organizações LGBTQI+ e repressões mais amplas à sociedade civil de forma geral, o que afeta sua capacidade de atuar abertamente ou de se envolver em questões além de aprovações muito restritas em áreas como saúde ou assistência social. Em alguns lugares, essa pressão levou ativistas a saírem do país para evitarem violência ou prisão, e iniciativas públicas de manifestação pelos direitos humanos, incluindo eventos LGBTQI+ importantes, como as paradas do orgulho e o Dia Internacional Contra a Homofobia, Bifobia, Intersexofobia e Transfobia, são alvo de violência por pessoas que se consideram justiceiras. Ataques, violência e assédios on-line – incluindo doxing e catfishing – são problemas sérios para a comunidade LGBTQI+. Além disso, pelo menos para as organizações LGBTQI+ representadas no estudo, o financiamento recebido não é suficiente para as necessidades da comunidade e para a subsistência de quem trabalha sem descanso para manter essas organizações de portas abertas. Por isso, muitos ativistas LGBTQI+ trabalham de forma voluntária.

Mesmo assim, o movimento LGBTQI+ continua dinâmico, resiliente e determinado a lutar pelos direitos da comunidade. Nosso relatório detalha diversas maneiras criativas usadas pelas pessoas entrevistadas para interagir com os políticos candidatos e eleitos, oferecer capacitação de conscientização para policiais e colaboradores de órgãos eleitorais, apoiar esforços de educação cívica e eleitoral para aumentar a consciência política da comunidade, fazer campanha para candidatos políticos e até mesmo se candidatar a cargos políticos. Essas atividades envolvem parcerias e alianças com autoridades governamentais, partidos políticos, líderes religiosos e defensores gerais dos direitos humanos e da democracia.

O relatório também detalha várias necessidades e oportunidades de aprofundar o trabalho dos ativistas LGBTQI+ em todo o mundo com relação a questões de democracia e governança, destacando as áreas em que são necessárias mais pesquisas e colaborações para conseguirmos progresso. As principais iniciativas que podem incentivar a participação política das pessoas LGBTQI+ incluem o contato específico por parte de partidos políticos e a incorporação das prioridades LGBTQI+ em suas plataformas; mais informações e capacitação para as pessoas LGBTQI+ sobre como participar; e mais apoio financeiro e de desenvolvimento de capacidade para as organizações e ativistas LGBTQI+.

Os entrevistados também pontuaram as áreas que precisam de mais trabalho, recursos e atenção, como intensificar os esforços feitos para lidar com as questões do reconhecimento jurídico de gênero e de dar mais apoio às comunidades lésbicas, trans e intersexuais, incluindo com o desenvolvimento de habilidades de campanha para quem tem interesse em se candidatar à política. Outras demandas incluem capacitação e informações sobre como trabalhar com candidatos políticos, formas de conscientizar os legisladores e autoridades governamentais, e esforços para construir colaborações e elaborar mensagens para aumentar o apoio e o número de aliados LGBTQI+, com foco específico nos líderes tradicionais e religiosos. Os líderes das organizações LGBTQI+ pediram apoio específico para a angariação de fundos, o suporte psicossocial, a formação em segurança e proteção, e apoio específico para a própria proteção em interações pela internet.

Principais conclusões e recomendações:

- **A segurança é primordial e bastante indisponível.** O ambiente de violência e intimidação – e a total falta de acesso à justiça para muitos – fundamenta a decisão tomada pelas pessoas LGBTQI+ com relação a participar da vida política e pública e a exercer plenamente seus direitos humanos.
- **O predomínio da corrupção e da ineficácia do governo fomentam um sentimento de apatia** entre as pessoas LGBTQI+, e são necessárias mais ações de contato e educação para que a comunidade entenda como suas vozes podem fazer a diferença nos processos cívicos e democráticos.
- **A comunidade LGBTQI+ é dinâmica, resiliente, flexível e com poucos recursos.** Ativistas e organizações de direitos LGBTQI+ já provaram ser extremamente capazes de se adaptar em casos de emergência, espaços fechados e fóruns cada vez menores, e ajuda mútua quando os recursos oficiais são muito lentos ou não estão disponíveis. Há lições importantes a aprender sobre como alavancar e apoiar melhor essas estruturas inovadoras e informais para que a assistência flexível possa permanecer disponível e para que a comunidade tenha os recursos e a infraestrutura necessários para planejar e executar estratégias de engajamento cívico e democrático mais abrangentes, holísticas e de longo prazo. Também é necessário mais apoio para a criação de coalizões por meio de uma abordagem interseccional e focada na solidariedade, no qual toda a diversidade das comunidades LGBTQI+ seja aproveitada para desenvolver e executar estratégias que promovam áreas de interesse mútuo.
- **O movimento antidireitos e antigênero está usando cada vez mais a linguagem e os espaços de ativistas de direitos humanos, o que complica as tentativas de desenvolver contranarrativas convincentes.** O apoio às instituições eleitorais e democráticas fortes não pode existir sem proteções para os direitos das minorias. Muitas vezes, as pessoas que são mais afetadas por essas narrativas nem fazem parte das conversas. Outro desafio é que em muitos lugares a restrição de organizações LGBTQI+ ao setor de saúde limitou a capacidade dos defensores de alavancar a linguagem e os mecanismos de direitos humanos e de se conectar e colaborar com o movimento mais amplo de direitos humanos, democracia e governança.
- **A pessoa responsável por transmitir essas mensagens faz diferença.** Investir em ativistas, líderes e alianças locais e indígenas é crucial para elaborar e apresentar mensagens que alcancem o público-alvo e gerem identificação. Isso inclui a coleta de informações sobre onde e como começaram a circular as mensagens anti-LGBTQI+, e como e por que se espalharam. Por que as mensagens anti-LGBTQI+ passam a dominar algumas campanhas e países, mas não outros? Como a comunidade pode reduzir a relevância das mensagens anti-LGBTQI+, inclusive trabalhando com mídias tradicionais e sociais?
- **A falta do reconhecimento jurídico de gênero é uma enorme barreira para a participação de pessoas trans, intersexuais e não binárias.** Sem uma identificação que represente bem cada pessoa, quem é trans, intersexual e não binária continuará correndo mais risco de discriminação e violência em muitos aspectos da vida, incluindo a capacidade de se registrar para votar, conseguir um emprego, reivindicar benefícios e outros serviços essenciais, e participar como candidatos e líderes políticos.

- **As lacunas de dados continuam existindo e limitam a capacidade do movimento de aumentar a participação democrática e cívica.** Apesar do aumento dos esforços de pesquisa sobre esse tema nos últimos anos, ainda há lacunas nas informações, incluindo dados básicos relacionados à presença LGBTQI+ nos grupos de eleitores, candidatos e autoridades. Sem essas informações, será difícil determinar no que investir os recursos limitados para fomentar possíveis aberturas. Essa falta de dados continua no que se refere ao próprio financiamento – para onde ele vai, para quais grupos, qual sua eficácia e como os parceiros podem se encontrar e coordenar melhor os programas e atividades.

Por fim, além de abordar as lacunas de dados acima, são necessárias outras pesquisas sobre a melhor forma de atuar e efetuar mudanças nos sistemas políticos em diferentes estágios do espectro democrático. Isso pode incluir a realização de análises de economia política que se concentrem especificamente nas necessidades e experiências das pessoas LGBTQI+ tentando entender como as dinâmicas de poder existentes podem ser transformadas para aumentar o acesso das pessoas LGBTQI+ a postos de liderança. Além disso, pode também incluir uma estrutura para analisar como impulsionar a mudança política e onde ela tem mais probabilidade de ocorrer, incluindo as melhores práticas de participação desde o governo local até a análise dos sistemas nacionais das leis de finanças políticas, procedimentos de nomeação de candidatos e regulamentações de partidos políticos que podem gerar um apoio melhor para o aumento da participação e liderança LGBTQI+.

